

# CARTOGRAFANDO MOBILIZAÇÕES CONCEITUAIS NA FUNAI DE ALTAMIRA: ESBOÇO DE UM EXPERIMENTO ETNOGRÁFICO

Joaquim Pereira de Almeida Neto

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e pesquisador do Laboratório de Experimentações Etnográficas (LE-E) da UFSCar.

E-mail: joaquim.almeidaneto@usp.br

## RESUMO

A partir da tentativa de solução de problemas suscitados pela realização de uma pesquisa de campo no Escritório da Funai de Altamira - problemas relativos à própria realização da observação participante, à produção de dados e à posterior organização do material de campo -, estabeleço, em caráter experimental, duas alianças conceituais. A primeira aliança é estabelecida com a *descrição densa* de Clifford Geertz e a segunda com a *forma que comunica* trabalhada por

Gregory Bateson. Alguns dos efeitos e das consequências analíticas de cada uma dessas alianças são apresentados e discutidos e é a partir disso que, preterindo o vínculo com a *descrição densa*, procuro estender analiticamente a aliança com a *forma que comunica*. Tal extensão abre a possibilidade de realização de uma cartografia de um conjunto conceitual intensamente mobilizado pela FUNAI de Altamira com finalidades específicas.

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

A Fundação Nacional do Índio – FUNAI, criada em 1967, é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro responsável pela coordenação e pela execução da política indigenista do Governo Federal. É um órgão vinculado ao Ministério da Justiça que tem como principal missão “proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil”<sup>2</sup>. Além de identificar, delimitar, demarcar e regularizar terras indígenas, a Funai também é responsável pelo monitoramento das terras indígenas já identificadas e pela promoção das políticas de desenvolvimento voltadas aos povos indígenas. Além da sede da instituição, localizado em Brasília, a Funai conta com 37 Coordenações Regionais espalhados pelo território brasileiro. Uma dessas Coordenações Regionais, a que é o foco de análise neste projeto, é a Centro-Leste do Pará, localizada na cidade de Altamira, Estado do Pará, Região Norte do Brasil. Esta Coordenação Regional, que é informalmente chamada de Escritório da Funai de Altamira, atua junto a nove povos indígenas - Arara, Juruna, Assurini, Araweté, Parakanã, Xikrin, Kayapó, Xipaya e Kuruaya - e é a responsável pelo monitoramento e pela fiscalização das Terras Indígenas localizadas na região do Médio Xingu e também pela implementação da política de proteção aos povos isolados e recém-contatados<sup>3</sup>.

Esse escritório da Funai estava, no início de 2015, instalado provisoriamente nas dependências de uma antiga galeria comercial situada na travessa Agrário Cavalcanti, no centro da cidade de Altamira. Havia um grande corredor que dava acesso às salas através de grandes portas de vidro. Eram um pouco mais de uma

1 Este texto faz parte das reflexões provenientes de uma iniciação científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) entre os meses de setembro de 2014 e dezembro de 2016. Processo 2014/12748-2.

2 Informação disponível no site institucional da Funai: <http://www.funai.gov.br> (acesso em 19 de fevereiro de 2017).

3 São 14 Terras Indígenas (Apyterewa, Arara, Arara da Volta Grande do Xingu, Araweté Igarapé Ipixuna, Cachoeira Seca, Juruna do Km 17, Kararaô, Koatinemo, Kuruáya, Paquiçamba, Trincheira Bacaja, Xipaya e Zo'É) que abrangem nove municípios do Estado do Pará: Altamira, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Anapu, São Félix do Xingu, Brasil Novo, Medicilândia, Placas e Uruará.

dezena de salas divididas pela Coordenação Regional Centro-Leste do Pará, pela Frente de Proteção Etnoambiental, pelas Coordenações Técnicas Regionais e também pelas instâncias administrativas, pelo núcleo de gestão de pessoal da Funai e pela Procuradoria da Funai em Altamira.

Cheguei a essa instituição com várias cópias de meu projeto de pesquisa debaixo do braço e com o intuito de atentar para a relação estabelecida entre funcionários da Funai e os indígenas lá atendidos. Essa era a minha bagagem, bagagem que não apenas me ajudaria a situar-me diante das pessoas que estavam me recebendo - ou seja, a mostrar, quando fosse perguntado, o que de fato eu estava fazendo lá - mas também a situar-me diante de meus interesses de pesquisa, a guiar, mesmo que a princípio e também de forma provisória, para onde meu olhar e minha atenção seriam dirigidos. Portanto, posso dizer, que aquele objetivo bastante vago, de se atentar para a relação entre a Funai e os povos indígenas apresentado no projeto de pesquisa já trazia em si, ainda que nos objetivos secundários, a relevância que procuraria dar às mobilizações conceituais ocorridas dentro do escritório, principalmente àquelas que estariam diretamente associadas aos conceitos típicos da indústria do desenvolvimento, tais como participação, empoderamento, capacitação, conhecimento tradicional, etc.

Assim que me apresentei no escritório da Funai para iniciar o trabalho de campo, a coordenadora regional me apresentou aos funcionários. Em cada uma das salas, ela me apresentava dizendo meu nome, a instituição de onde eu vinha e, me colocando enquanto pesquisador, pedia para eu explicar o que eu iria fazer lá pelos próximos dias. Eu, então, ainda tímido, brevemente dizia os objetivos escritos em meu projeto de pesquisa. Isso ocorreu em todas as salas em que eu passei e também nos corredores quando passávamos por alguém que a coordenadora julgava importante que eu conhecesse. Eu não entrei em todas as salas e nem fui apresentado a todas as pessoas com as quais cruzamos. Quando passamos pelas salas dos setores administrativos, por exemplo, a coordenadora comentou que não era necessário que eu fosse apresentado a esses funcionários, afinal, segundo ela, eles não poderiam ajudar muito no que eu estava procurando por lá. Dessa forma, fui apresentado inicialmente ao local de meu trabalho de campo, o qual já havia, nos primeiros momentos, recebido o primeiro recorte. Eu não transitaria por todas as salas e eu não conversaria com todas as pessoas. Assim, das quatro semanas de campo, passei duas na sala do CGAT, a principal Coordenação Técnica Regional de Altamira, responsável pela gestão ambiental e territorial das terras indígenas, e duas na sala da Frente de Proteção Etnoambiental, responsável pela política direcionada aos

indígenas de recente contato e aos isolados. Essas eram as salas ocupadas principalmente por indigenistas e, portanto, as que, juntamente com as salas da coordenação, mais recebiam visitas dos indígenas.

A realização do trabalho de campo foi bastante difícil, sobretudo no início. Os funcionários da Funai estavam sempre ocupados. Isso se agravava pelo fato de não ter sido possível a minha inserção em alguma das atividades realizadas, algo que havia sido arranjado durante a negociação da realização do trabalho de campo e que funcionaria como contrapartida da pesquisa. Embora alguns funcionários tenham me pedido para fazer algumas tarefas (ir até algumas lojas buscar notas fiscais, ajudar na correção de mapas com defeito), nenhum deles me passou uma função mais prolongada ou rotineira. Nos primeiros dias eu sempre me disponibilizava a ajudar, mas uma função não era encontrada para mim. O trabalho dos indigenistas consistia em responder e-mails, participar de reuniões, receber os indígenas, escrever projetos e relatórios, realizar trabalhos de campo e visitas às aldeias, ir até o rádio para passar ou receber informações das aldeias, ir até a Casa do Índio, à Casai (Casa de Saúde Indígena) e ao Dsei (Distritos Sanitários Especiais Indígenas) e, também, às vezes auxiliar os indígenas na ida ao banco, na venda e na compra de produtos. Nenhuma dessas tarefas, ou parte delas, foi passada diretamente para mim. Dessa forma as minha quatro semanas de campo, principalmente as duas primeiras na sala do CGAT, se reduziram a uma atividade basicamente de observação, sem quase nada de participação. Entre os efeitos da observação estavam o evidente incômodo das pessoas e as frequentes piadas, como a de uma das funcionárias dizendo que eu estava passando uns dias “urubuzando” o trabalho deles. Na sala do CGAT, embora pudesse assistir às reuniões e conversas mais informais, e também ouvir telefonemas, entre os funcionários e entre eles e outras pessoas que por lá passavam, um diálogo mais intenso com os funcionários não pôde ser estabelecido. Eles pouco falavam entre si sobre suas atividades e não me davam muita abertura para indagações e comentários. Dessa forma, não tive em nenhum momento um acesso direto às atividades e decisões que eram realizadas no escritório.

A essa dificuldade de me situar no campo juntava a necessidade de realizar a pesquisa, de fazer o caderno de campo, de tentar compreender o que eu estava observando. Isso me perseguiu, e me atormentou, durante toda a estadia no campo e mesmo quando saí de Altamira ainda não tinha uma ideia formada a respeito do que eu havia observado e registrado. Mas o campo foi realizado, as anotações de campo foram feitas, dados foram produzidos e com eles voltei para casa. O tormento da compreensão continuava. O que se segue nos próximos tópicos faz parte do exercício

pós campo, da tentativa de compreensão do que havia sido observado no campo (ou mesmo do que havia sido a realização do próprio trabalho de campo) e do esforço de organização dos dados produzidos.

#### PRIMEIRA TENTATIVA: ALIANÇA COM A *DESCRIÇÃO DENSA*

Durante a realização do trabalho de campo, tinha bastante dificuldade para compreender o que ocorria. A isso somavam-se o meu desconforto de estar nas salas e também o incômodo das demais pessoas em ter um estranho olhando para elas. Como apontado por Geertz (2008, p. 10), no que se refere à realização da pesquisa etnográfica enquanto experiência pessoal, tratava-se de um enervante processo no qual insistentemente tentava situar-me. E, nesse processo, não conseguia encontrar muito sentido no que era dito e feito pelas pessoas com as quais estava em contato, principalmente no início. Mesmo tendo acesso ao código, à linguagem que era falada, em uma referência à metáfora de Geertz, era como se eu fosse um estrangeiro que, mesmo sabendo a língua do local em que estava, não conseguia comunicar-me inteiramente. Eu entendia o que era dito, mas não compreendia o porquê de tais coisas estarem sendo ditas.

Mesmo assim, como fui tendo acesso a conversas, reuniões e também documentos que me eram disponibilizados, pude identificar alguns assuntos que estavam, naquele período, sendo constantemente mobilizados. Era como se eu fosse paulatinamente tendo acesso às “estruturas superpostas de inferências e implicações através das quais o etnógrafo tem que procurar o seu caminho continuamente” (2008, p.06). Dessa forma, as muitas anotações em meu caderno de campo, informações inicialmente e aparentemente desconexas, foram aos poucos se complementando. As informações, falas e respostas às perguntas que eu fazia eram inicialmente desconexas pelo fato de eu ser exposto na maioria das vezes apenas a fragmentos de informações, algo que para os falantes eram dotadas de sentido e, por isso, não precisavam ser constantemente referenciadas. O que era desconexo foi aos poucos fazendo sentido. As anotações no caderno de campo, conforme os dias iam passando, foram se interligando. Temas recorrentes foram sendo identificados e, assim, aos poucos fui compreendendo, mesmo que ainda com muitas limitações, as referências feitas pelos funcionários, seja a outros funcionários, a empresas, a siglas, a planos e projetos nos quais trabalhavam ou mesmo a outras pessoas. Era como se a possibilidade de realização de uma *descrição densa*<sup>4</sup> aos poucos fosse se abrindo. Era como se

4 Neste texto todos os conceitos, tanto os nativos quanto aqueles provenientes dos vínculos teóricos, são marcados em itálico.

pudesse ser identificada “uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que [o etnógrafo] tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar” (2008, p. 07).

Assim, pude compreender ao menos partes dos trabalhos realizados na sala do CGAT e também das relações estabelecidas entre as pessoas que passavam por lá. Praticamente todos os dados<sup>5</sup> que serão expostos e trabalhados mais adiante foram produzidos dessa forma. Na sala da Frente de Proteção Etnoambiental, local onde passei as outras duas semanas, essa dinâmica de acesso a dados aparentemente desconexas também se manteve. Porém duas características da dinâmica de trabalho dos funcionários da Frente facilitaram bastante a realização do campo: eles não só conversavam e debatiam entre si sobre as suas atividades e trabalhos, como também procuravam me colocar a par das questões em torno das quais o trabalho se desenvolvia. T., uma das indigenistas especializadas, sempre perguntava no que ela poderia me ajudar e assim me dava explicações sobre a atuação da Funai de Altamira, sobre os povos que eram atendidos, em suma, ela estava disposta a me apresentar o trabalho que era desenvolvido lá, um dos objetivos apresentados em meu projeto de pesquisa. Pude perceber que T., que havia sido o meu primeiro contato para a entrada em campo, se interessava bastante pelo meu projeto de pesquisa, pois sempre apontava uma certa importância naquilo que eu estava fazendo. L., o coordenador da Frente, também se mostrava interessado e frequentemente me perguntava o que eu estava achando do trabalho deles. Soma-se a isso o fato de esses dois funcionários, que eram bastante próximos, terem uma postura bastante crítica em relação à atuação da Funai e também em relação às próprias atividades que desenvolviam.

Fato é que na sala da Frente, embora eu continuasse como um observador pouco participante sendo exposto, ou melhor, assistindo a conversas e reuniões sobre diversos temas, assuntos e problemas, a possibilidade de diálogos mais longos e mais livres com os funcionários me abriu uma outra forma de obtenção de informações, uma forma pela qual, para mencionar novamente Geertz, a *teia de significados*, bem como as *estruturas significantes*, puderam ser mais facilmente identificadas. Isso, além de permitir que eu compreendesse partes da dinâmica de trabalho do escritório, possibilitou que eu conectasse informações anteriormente registradas, inclusive informações provenientes da observação no CGAT.

Para finalizar esta parte, cabe elucidar o uso da noção de *descrição densa*

---

<sup>5</sup> Aqui, como se está buscando uma aproximação com a noção de *descrição densa*, “o que chamamos de nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas, do que elas e seus compatriotas se propõem.” (GEERTZ, 2008, p. 07)

feita até aqui, bem como os limites e consequências do vínculo estabelecido entre o texto de Geertz e as impressões iniciais da realização do trabalho de campo no escritório da Funai. Geertz é um autor extremamente interessante para se pensar o choque inicial com o campo, para ilustrar o desconforto e as limitações do processo no qual o etnógrafo procura situar-se. É fecundo também para se pensar a produção de dados e a relação do pesquisador com seu próprio caderno de campo. Essas são as razões pelas quais a *descrição densa* é aqui evocada. Porém, não se pode deixar de levar em consideração que essa mesma noção, da forma como construída por Geertz, traz consigo um conceito de cultura essencialmente semiótico no qual se pressupõe uma “hierarquia estratificada de estruturas significantes” (2008, p. 05) que é mobilizada com excelência pelas pessoas que estão sendo estudadas e a que o etnógrafo, mesmo que a duras penas, pode ter acesso. Isso é feito de forma essencialmente interpretativa, tanto para as pessoas estudadas quanto para o etnógrafo, já que *modos de representação* e *conteúdos substantivos* estão separados, mesmo que por uma linha instável, nesse tipo de análise cultural. É nesse ponto que o vínculo com Geertz deixa de ser interessante. A imagem de significados sendo desvendados à medida que se tem acesso a um sistema simbólico, embora frutífera para a ilustração do trabalho de campo, é demasiadamente dependente da existência prévia desse mesmo sistema simbólico que, como preceito da possibilidade comunicativa, deve necessariamente ser compartilhado por todos aqueles que nele estão inseridos. Além disso, a existência prévia desse sistema simbólico implica uma estabilidade conceitual indesejada, e até mesmo incoerente, ao tratamento que se pretende dar aos conceitos neste texto. Como será discutido mais adiante, o que está em questão aqui é a possibilidade de se realizar uma *cartografia* das mobilizações nocionais de um conjunto conceitual. Portanto, a aliança teórica estabelecida, e pode-se dizer, a que será estendida, deve, necessariamente, abarcar essa possibilidade.

#### SEGUNDA TENTATIVA: ALIANÇA COM A FORMA QUE COMUNICA

Outra imagem, porém, poderia ser eficiente para ilustrar a inserção em campo. Esta imagem é a da *forma que comunica*, proposta por Bateson em sua Explicação Cibernética (1972 (a)). Da forma como apresentado por Bateson, a comunicação pode ser vista como a criação de *redundâncias* que trabalham na elaboração de *formas que comunicam*. Porém, cabe destacar que esse processo, levando em consideração seu caráter proposicional e informacional, sempre depende do ponto de vista no qual se está situado. As informações provenientes do trabalho de campo no escritório do Funai em Altamira, as muitas anotações no diário, mas sobretudo aquelas

*informações*, ou fragmentos de *informações* que insistentemente apareciam e que aos poucos foram se interconectando a outras *informações* e fragmentos, podem ser vistas como as mencionadas *formas que comunicam*. Todas essas *informações* não só estavam situadas em um universo enunciativo - no momento em que eram mobilizadas pelos pessoas que trabalhavam no escritório ou o frequentavam, no momento em que eram literalmente faladas, por exemplo - como também eram situadas em um procedimento descritivo na medida em que posteriormente iam sendo registradas por mim nas anotações de meu caderno de campo. Tanto o procedimento operado pelos funcionários da Funai e pelos técnicos contratados em suas práticas comunicativas cotidianas, suas reuniões, e-mails e discussões, quanto as anotações feitas nos diários ilustram um constante processo no qual o que está em jogo é a própria possibilidade da *transmissão de informação*. Processo que, nos padrões da cibernética, envolve necessariamente a disseminação de *redundâncias*, de padrões advindos de determinadas estruturas.

Assim, a dificuldade inicial com a realização do campo, as informações inicialmente desconexas, os assuntos que apareciam constantemente, porém de forma fragmentada, podem, então, ser encarados como limites do meu acesso, enquanto etnógrafo, a um universo no qual *formas que comunicam* já estavam inter-relacionadas em *estruturas mediante padrões* em um nível no qual a *previsibilidade* para os que lá já estavam era possível. Para mim, contrariamente, que acabava de chegar, essa previsibilidade, embora não nula, era bastante restrita. Nesse sentido, o trabalho de campo poderia ser tratado como uma atividade na qual o observador está constantemente esperando que “o universo observado se torne mais previsível, mais ordenado e mais redundante” (1972 (a), pp. 414-415), em outras palavras, que a disseminação de *redundâncias* possibilite a transmissão de *informação*.

É justamente nesse processo, quando as *redundâncias* disseminam-se, que a *previsibilidade*, a possibilidade de se estabelecer *conjecturas*, torna-se possível. Nessas circunstâncias a *transmissão da informação* não depende de todos os elementos comunicativos (Bateson fala da probabilidade maior que a *chance* de se reconhecer uma palavra ou sentença mesmo que letras ou palavras, respectivamente, estejam faltando). As reuniões, conversas, telefonemas e documentos aos quais eu tinha acesso contavam, para os que os realizavam, com um nível de redundância suficientemente satisfatório para que a comunicação fosse estabelecida, para que a *informação* pudesse ser transmitida. Assim projetos e intervenções eram discutidos e propostos, uma política sobre a atuação da Funai frente aos povos indígenas era sustentada e todo um esforço era executado para que tal política fosse colocada em prática. Tudo

isso mediante padrões, mediante *formas que comunicam*.

Porém, cabe apontar também que, embora o que estivesse em jogo fosse a *transmissão de informação*, nem *informação* nem *forma* são itens passíveis de localização. Não se trata, portanto, quando se fala das ações realizadas pelos interlocutores de pesquisa ou mesmo da própria pesquisa de campo, do acesso paulatino a um sistema simbólico coerente, fixo e preexistente. Tratando-se de itens que não podem ser localizados, o máximo que pode ser feito é uma espécie de *cartografia* das relações formais dentro de um universo que contenha *redundância*. Mesmo assim, essa *cartografia*, por ser necessariamente situada e por não contar necessariamente apenas com elementos comunicativos, é sempre incompleta, no sentido de nunca poder estar terminada ou fixada.

Outro ponto interessante apontado por Bateson é que esses padrões, que estão na base da estruturação, permitem a *transmissão* de informação justamente por auxiliar o receptor a discernir o que é *senal*, aquilo que é informação e/ou redundância, do que é *ruído*, aquilo que, não sendo nem informação nem redundância, é “a única fonte possível de novos padrões” (1972 (a), p. 418). Ruído, portanto, é o que abre a possibilidade para que os conceitos e significados possam constantemente ser inovados.

#### EXTENSÃO DA SEGUNDA ALIANÇA: A POSSIBILIDADE DE UMA *CARTOGRAFIA CONCEITUAL*

É no sentido destas duas últimas ideias (a inovação conceitual e a possibilidade de uma cartografia desse processo) que a construção teórica feita por Bateson, e que até aqui foi usada para se tentar compreender a realização do trabalho de campo e a produção dos dados, torna-se eficiente também para se pensar uma maneira eficiente para se trabalhar com os dados produzidos, para se organizar o material etnográfico, bem como sua disposição em um texto. Pode-se dizer que desse vínculo inicial com Bateson surge uma possibilidade interessante para o tratamento dos conceitos que eram mobilizados no escritório da Funai, aqueles mesmos conceitos oriundos da indústria do desenvolvimento que estavam presentes na minha bagagem de campo.

A aproximação com a *forma que comunica* tem a vantagem de não estabilizar as mobilizações conceituais, justamente por não precisar recorrer a nenhuma estrutura simbólica. A ideia de estruturação mediante padrões que está na base da *forma que comunica* não é fixa nem fechada. Nela, além de *informação* e de *redundância*, tem-se o *ruído*, aquilo que é uma fonte possível de novos padrões. E é justamente este elemento que abre espaço para que o tempo todo o significado possa escapar ou inovar-se, dependendo de sua vizinhança conceitual. Essa mobilização é caracteriza-

da pela performance, o constante recolocar as coisas umas em relação às outras, algo que, além de ser bastante distinto do acesso a um sistema simbólico, abre a possibilidade para a produção de um conhecimento necessariamente situado e incompleto.

Partindo dessa aliança com a *forma que comunica* - ou ainda, das possibilidades analíticas que ela, bem como todo esse arsenal conceitual oferecido por Bateson, propicia - procurarei trabalhar com alguns dos dados produzidos nas quatro semanas de campo. O que será apresentado a partir de agora é uma tentativa de *cartografia* de algumas das mobilizações conceituais ocorridas no escritório da Funai, mais precisamente, das mobilizações para as quais eu voltei, com maior ênfase, meu olhar e minha atenção. Aqui, é relevante destacar novamente que cheguei à Funai de Altamira com o objetivo de atentar, não somente, porém de modo mais atento, para o trabalho dos funcionários diretamente envolvidos em projetos voltados para os povos indígenas atendidos. O que estava em questão era a maneira como alguns conceitos mais ou menos específicos, aqueles conceitos oriundos da indústria do desenvolvimento, seriam operacionalizados, tratados, definidos, nas práticas dos funcionários do escritório. Essas operações, todavia, não apareceram de forma explícita praticamente em nenhuma das situações que presenciei e, portanto não apareceram em minhas anotações de campo na forma de definições ou de explicações. O que eu presenciava eram menções constantes a esses conceitos que praticamente encerravam-se em si mesmas. Bastava que esses conceitos fossem mencionados para que diálogos avançassem, para que projetos fossem aprovadas, para que um técnico fosse bem qualificado, etc. O que eu registrei em minhas notas foram tais menções, e isso são os meus dados.

Tudo o que se segue faz parte de um esforço de organização desses dados ocorrido já em casa, após a volta do campo, um esforço que envolveu a colocação e a recolocação de algumas *informações* - mais precisamente, das menções aos tais conceitos da indústria do desenvolvimento - em um contexto pré determinado analiticamente a partir de algumas fundamentações do campo: esse contexto é a proposição de projetos de desenvolvimento voltados aos nove povos indígenas atendidos pelo Escritório da Funai de Altamira. Chamo de contexto, pelo fato de reunir analiticamente informações provenientes de diversos projetos propostos/executados/geridos pela Funai em uma categoria a qual chamarei de *projetos de desenvolvimento indígena*.

## CARTOGRAFIA DAS MOBILIZAÇÕES CONCEITUAIS NOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO INDÍGENA

Neste tópico, por meio da tentativa experimental de elaboração de uma

*cartografia* das mobilizações conceituais características da proposição de *projetos de desenvolvimento indígena*, procurarei evidenciar como um conjunto conceitual específico é extremamente relevante para o trabalho da FUNAI de Altamira. Esse conjunto aparece, inclusive, na própria missão institucional da organização. De acordo com o que está apresentado em seu site institucional,

Cabe à FUNAI promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. A FUNAI também coordena e implementa as políticas de *proteção* aos povos isolados e recém-contatados. É, ainda, seu papel promover políticas voltadas ao *desenvolvimento sustentável* das populações indígenas. Nesse campo, a FUNAI promove ações de *etnodesenvolvimento*, conservação e a recuperação do meio ambiente nas terras indígenas, além de atuar no controle e mitigação de possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas. Compete também ao órgão a estabelecer a *articulação interinstitucional* voltada à garantia do acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania aos povos indígenas, por meio do monitoramento das políticas voltadas à seguridade social e educação escolar indígena, bem como promover o *fomento e apoio aos processos educativos* comunitários tradicionais e de *participação* e controle social. A atuação da Funai está orientada por diversos princípios, dentre os quais se destaca o reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas, buscando o alcance da plena autonomia e autodeterminação dos povos indígenas no Brasil, contribuindo para a consolidação do Estado democrático e pluriétnico. (FUNAI, site institucional, destaques meus)<sup>6</sup>.

Grande parte desses objetivos apresentados no site da FUNAI, já em suas fazes de implementação e de aplicação nos escritórios regionais da instituição, são alcançados por meio da proposição dos tais projetos de desenvolvimento indígena. Nesses projetos, bem como em praticamente todas suas outras ações voltadas aos povos indígenas, a FUNAI assume um papel educativo a partir do qual orienta seu trabalho. Nas atividades que a instituição propõe e executa fica evidente uma ideia de indígena enquanto aquele que “ainda não está preparado para lidar diretamente com a sociedade e com o mercado” e que, por isso precisa ser *empoderado* (isso quer dizer que precisa ser *treinado* e *capacitado*, ou seja, que precisa participar de projetos, de oficinas, de cursos, etc.). Sendo, portanto, necessários na atuação da Funai “trabalhos de sensibilização e de conscientização”, que “ensinem e expliquem o que é projeto” e que assim possam “levar os indígenas à organização”. Tudo isso tomando a precaução de “explicar muito bem para os índios que esse processo de proposição de projetos, de alcançar melhorias e de desenvolver a comunidade é difícil e demorado”

6 Disponível no site institucional da Funai: <http://www.funai.gov.br> (acesso em 19 de fevereiro de 2017).

e também o cuidado para “não confundir a cabeça dos indígenas” e nem “encher demais a agenda de cada um dos povos indígenas”.

Além do mais, cabe apontar que a FUNAI procura conciliar esse seu papel educativo e também intermediador das relações entre indígenas e não indígenas com a noção de *autonomia* indígena. Cabe apontar que, para amenizar essa conciliação aparentemente paradoxal, o trabalho desempenhado pelos indigenistas é apresentado como sendo “apenas um auxílio para os povos indígenas”<sup>7</sup>. Assim, a imagem mais defendida para o papel da FUNAI é a de uma instituição que “auxilia os indígenas, que está junto com os indígenas, mas que procura ficar mais quieta na hora de tomar decisões, que procura deixar os próprios indígenas resolverem”<sup>8</sup>. Entretanto, a instituição, por considerar que os povos indígenas “ainda não estão preparados para lidarem diretamente com os brancos, com as empresas e com o mercado”, continua intermediando a relação entre indígenas e não indígenas. Essa prática, que em larga medida tem suas origens no exercício do poder tutelar, continua trabalhando com uma noção de indígena enquanto aquele que ainda precisa receber alguma formação. Evidentemente, não se fala de civilização, como era o caso do extinto Serviço de Proteção ao Índio (LIMA, 1995), mas sim de *capacitação*, de *empoderamento*, de *sensibilização*. A questão é o treinamento, via um órgão estatal, de povos que ainda “não conseguem lidar com pautas de reuniões grandes e complexas”, que “têm dificuldade com a burocracia” e que “muitas vezes são muito ingênuos”<sup>9</sup>, para o acesso aos direitos diferenciados aos quais eles têm direito.

As ações promovidas pela FUNAI, além do mais, “têm que ter algum efeito e devem chegar em algum lugar”<sup>10</sup>. Esse efeito, em muitas das situações, deve ser a geração de renda, principalmente via trabalho interno à própria comunidade em tarefas que envolvam o bem estar e a qualidade de vida de cada um dos povos indígenas. Entretanto, para que esse fim possa ser alcançado, o que é colocado em jogo pelos funcionários da FUNAI são práticas muito próximas do que poderia ser chamado de incorporação dos indígenas a uma economia de mercado. Atividades como o treinamento das boas práticas de manejo que visam otimizar a produção agrícola e/ou extrativista; a capacitação para a movimentação de cantinas comunitárias e para a execução e controle de precisos livros caixa; o auxílio na formação de associações indígenas que, possuindo um CNPJ próprio, possam pleitear recursos

7 Posição defendida por uma indigenista especializada da Frente de Proteção Etnoambiental em reunião junto a financiadores.

8 Ibidem.

9 Falas de uma das indigenistas especializadas a respeito da atuação da FUNAI junto aos povos indígenas.

10 Ibidem.

provenientes das mais diferentes fontes de financiamento; a capacitação para o uso do dinheiro e para a execução de tarefas na cidade como a compra de insumos e também para o cálculo de preços justos de venda dos produtos produzidos pelos indígenas e, por fim, o auxílio na obtenção, já por parte das associações indígenas, de selos de produtos certificados como de origem indígena que adquirem um maior valor agregado, ilustram bem esse processo. Nesse ponto é interessante destacar que essas metas fazem parte dos textos de praticamente todos os projetos geridos pela instituição. Os projetos desenvolvidos pelo escritório da FUNAI, como se pôde perceber, embora não sejam direcionados a um mesmo público alvo e tenham finalidades distintas, trabalham com um conjunto conceitual bastante próximo no qual a inserção em uma economia de mercado, mais especificamente, a noção de desenvolvimento faz-se latente.

Esses conceitos se comunicam com o universo conceitual de outras organizações que estão em contato com a própria FUNAI de Altamira (financiadores, a política organizacional mais ampla da FUNAI, tratados e acordos internacionais, por exemplo) e assim formam um conjunto conceitual específico. No conjunto em questão, adquirem proeminência noções como *desenvolvimento sustentável*, *etno-desenvolvimento*, *autonomia* e *empoderamento*. Esse universo conceitual explorado pela organização indica a postura de trabalho junto aos indígenas adotada e também a forma como a relação com os indígenas é estabelecida. Ao mesmo tempo em que a atuação do escritório se aproxima de medidas desenvolvimentistas, via projetos de desenvolvimento, que visam inserir os povos indígenas dentro de uma economia de mercado, noções como *autonomia* e *empoderamento* evidenciam o esforço da instituição em se aproximar dos povos indígenas e assim oferecer projetos mais adequados aos seus próprios interesses e necessidades.

São sutilezas como essas que o experimento cartográfico inspirado na explicação cibernética de Gregory Bateson permite destacar. Pensar as proeminências conceituais dentro de enunciados, portanto, é uma atividade frutífera não só para se averiguar a atuação estatal por meio de instâncias oficiais junto aos povos indígenas, mas também para destacar como conceitos podem ser articulados em vizinhanças conceituais e assim adquirir finalidades específicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATESON, Gregory. Cybernetic Explanation. In: \_\_\_\_\_. **Steps to an Ecology of**

**Mind:** Collected Essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution, and Epistemology. University Of Chicago Press, 1972 (a).

\_\_\_\_\_. Redundancy and Coding. In: \_\_\_\_\_. **Steps to an Ecology of Mind:** Collected Essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution, and Epistemology. University Of Chicago Press, 1972 (b).

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: \_\_\_\_\_. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz.** Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.